



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VALORES ÉTICOS.

[Naná Mininni Medina](#)

RESUMO

O trabalho parte da comprovação da situação de crises generalizadas no mundo contemporâneo, com ênfase nas considerações éticas que derivam das análises dos processos de socialização, estabelecendo uma relação entre a evolução da cidade e a conformação das identidades éticas dos sujeitos sociais, considera as diversas rupturas históricas entre a Sociedade e a Natureza, fazendo finalmente uma breve reflexão sobre os valores necessários à ética do futuro e o papel que poderia desempenhar a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Ética; Urbanização; Educação Ambiental; Meio Ambiente; Valores; Socialização.

RESUMEN

El trabajo parte de la comprobación de la situación crítica del mundo contemporáneo, con énfasis en las consideraciones éticas que derivan del análisis de los procesos de socialización, estableciendo una relación entre la evolución de la ciudad y la conformación de las identidades éticas de los sujetos sociales, considera las diversas rupturas históricas entre la Sociedad y la Naturaleza, haciendo finalmente una breve reflexión sobre los valores necesarios en una ética del futuro y el papel que podría desempeñar la Educación Ambiental.

Palabras Llaves: Ética; Urbanización; Educación Ambiental; Medio Ambiente; Valores; Socialización.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VALORES ÉTICOS.

Introdução

A humanidade tem resolvido sua relação com a Natureza ao longo da história de diferentes maneiras, conforme as diversas situações e tempos. Distintas culturas e momentos históricos oferecem respostas múltiplas à necessidade da espécie humana de sobreviver no meio, e utilizar os recursos que este lhe proporciona.

A presença humana na Natureza, diferencia-se da dos demais seres vivos, em função de que nossa espécie, através de uma ação racional, capaz de perseguir finalidades previamente determinadas, desenvolve processos de adaptação ativa, para acomodar o meio a suas necessidades, com uma capacidade de modificação do ambiente não igualada por nenhuma outra espécie.

Quando pretendemos refletir sobre a construção de novos valores éticos, se faz necessário analisar criticamente quais são as pautas de conduta adotadas pelas sociedades humanas, em seu percurso histórico.

Por que a sociedade humana, em seu conjunto, tem adotado pautas de conduta agressivas e dominantes com respeito à Natureza?

Por que se apresentam conflitos entre as diferentes sociedades, culturas e religiões, não sendo possível até hoje uma convivência pacífica entre elas?

Por que uma parte das diversas sociedades humanas, tem-se apropriado do direito de ser, ter e decidir pelo conjunto da humanidade?

Para trabalhar processos de transformação ética, é fundamental conhecer sobre que pautas de valores estão sustentados os comportamentos dominantes e excludentes, ou seja, qual é o substrato ético que define nossas relações sociais e as relações com o ambiente no qual vivemos.

Na busca de respostas, a primeira apreciação que podemos fazer é a de que a sociedade contemporânea (ao menos na cultura ocidental dominante), tem experimentado uma sensível perda do sentido unitário da realidade sócio ambiental, em função da fragmentação do conhecimento e da vida, produzido pelas formas de desenvolvimento econômico, adotado historicamente e suas conseqüências culturais e sociais.

Temos explorado a Natureza com mentalidade de conquistadores e colonizadores, e hoje, ela nos devolve os efeitos de nossas ações irrefletidas, demonstrando-nos a impossibilidade de seguir alterando o equilíbrio dos ecossistemas a risco de nossa própria sobrevivência como espécie.

Quais são as atitudes humanas com respeito ao entorno físico natural; as formas de apropriação e utilização dos recursos naturais; as formas em que desenvolvemos nossas relações sociais na comunidade tanto local como internacional?

Esta reflexão se faz hoje, ainda mais urgente, na medida em que o mundo enfrenta, desde 11 de setembro de 2001, a possibilidade de desenvolvimento de um conflito bélico global, cujas conseqüências, desde o ponto de vista econômico, ambiental e principalmente humano, são imprevisíveis.

Ante esta comprovação, se faz necessário um exercício coletivo de redimensionamento ético, sobre as modalidades de pensamento e ação, pelas quais

interpretamos e agimos em relação ao ambiente complexo que nos rodeia, e aos conflitos de interesses, nele presentes.

Este exercício implica que sejamos capazes, individual e coletivamente de repensar quais são as concepções éticas, que se explicitam nos valores e critérios morais que adotamos e aplicamos ao atuar.

Neste sentido, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, no âmbito dos temas transversais, definidos pelo MEC, em 1997, especialmente os de Ética e Meio Ambiente, são uma contribuição importante para levar a instituição escolar a uma reflexão crítica de seu papel na sociedade e de sua responsabilidade com a transformação dos valores e comportamentos éticos dos sujeitos sociais em formação, na situação contemporânea.

Será ao mesmo tempo, necessário implementar uma reflexão coletiva profunda, que conduza os membros adultos das sociedades contemporâneas, usando todos os meios ao alcance, TV, jornais, encontros, organizações sindicais, políticas, empresas, entre outras, a repensar suas formas de pensar e agir a respeito da Natureza e as modalidades de relações sociais, tanto no interior das comunidades como nas relações internacionais.

Nesses dois aspectos, a Educação Ambiental Formal e Não-Formal pode dar importantes contribuições.

As Rupturas Históricas entre a Sociedade e a Natureza

Ortega y Gasset, num velho mas ainda vigente texto, define poética e cruamente a realidade emergente dos processos de urbanização e industrialização. Nessas sociedades, a existência mecanizada e os ritos carentes de sentido vão substituindo o "*sentido orgânico da vida*" afirmando que, se não se transformarem os rumos da sociedade para processos mais humanos, recuperando a essência do humanismo realmente, a "*população de consumidores*" terminará consumindo-se a si mesma. (ORTEGA y GASSET, 1963).

O autor apresenta uma representação cíclica entre a consumação da vida sedentária na cooperação da vida social na cidade, que aparece ao mesmo tempo como culminação de um processo civilizável e fim do mesmo, na medida em que a vida social degrada-se, no luxo, no egoísmo, no isolamento e na vida supérflua, perdendo o valor que a fundou: *a cooperação entre os homens*.

Chama a atenção, a clareza do autor para definir o caráter auto-fagástico da cidade e sua clarividência para prever os problemas atuais, quando a cidade, separada de sua base físico-natural, passa a considerar-se erroneamente auto-suficiente, como um sistema isolado o que a conduz a sua decadência, e à degradação da qualidade de vida das pessoas que nela moram.

Um outro fator a considerar, a fim de compreender como se processam as rupturas entre Sociedade e Natureza, é a evolução histórica da percepção do tempo. Enquanto que o tempo é o tempo cíclico dos fenômenos naturais, tempo rural agrícola da sementeira e a colheita, marcado pelas horas de sol, as diferentes estações do ano e os fenômenos meteorológicos, as relações entre o homem e o meio são relativamente mais harmônicas e de mútuo benefício .

A dominação da Sociedade sobre os recursos naturais e sua exploração é menor, já que, o homem agricultor medieval submete-se aos ritmos naturais . A concepção do tempo, como tempo natural, permite uma inter-relação maior entre as sociedades humanas e o meio ambiente natural.

Nas sociedades industriais emergentes, o "*tempo laico dos relógios*" é o tempo do trabalho, ou melhor, o tempo da venda da força de trabalho significa um distanciamento dos homens dos ritmos naturais, do tempo agrícola que permitia um uso mais racional dos ritmos de trabalho e descanso, e adequava-se às necessidades humanas. O tempo dos relógios, por exemplo, em Veneza, no século XVI, com a implantação do primeiro relógio na praça pública, que corresponde com a implantação das primeiras fábricas têxteis, significa o começo das sociedades urbanas modernas, onde o tempo de trabalho converte-se em mercadoria.

A medida do tempo, artificialmente, separando-o dos ritmos naturais, assinala também o começo de novas formas de exploração dos homens. O tempo pessoal converte-se no tempo do "*outro*" que decidirá externamente as horas de trabalho, descanso, lazer, etc. A maioria dos homens aliena-se, não só da Natureza, mas também do direito de possuir seus próprios ritmos individuais.

Historicamente, pode detectar-se a ruptura, entre a cidade como "*oikos*" (casa ou "*hogar*"), síntese entre o fator humano e o espaço geográfico (território), e uma estrutura social mais complexa com uma nova dimensão administrativa estabelecida desde os parâmetros de planificação, exploração e apropriação. A cidade como mercado, que inaugura novas formas de vida e relação com o meio, novas formas de intercâmbio entre as diversas sociedades, e principalmente novas formas de relações sociais entre os sujeitos de uma mesma sociedade. Um exemplo característico das novas modalidades de relações sociais são as relações colonizador-colonizado, proprietário dos meios de produção e operário, capital e trabalho.

Estas modificações ocorrem no marco das novas estruturas sociais, derivadas da ascensão da burguesia ao poder e da implantação das formas capitalistas de exploração dos recursos.

O Hábital Urbano Contemporâneo

O ambiente natural, os recursos do território, incidem seletivamente sobre as possibilidades de implementação dos diversos tipos de assentamentos urbanos. Estes, por sua vez, modificam as formas de relação com o meio e, ao mesmo tempo, o tipo de cidades requeridas em função das formas de relação entre a cidade e o território. Finalmente, a estrutura social e as formas de cooperação e conflito entre o meio e os assentamentos humanos estruturam-se (e modulam) sobre as novas formas de organização territorial.

As grandes urbes são o resultado da tecnificação da existência, inerente ao processo de modernização, e impõem uma redefinição da vida e das necessidades dos sujeitos sociais que interagem nelas, criando problemas e conflitos. Os indivíduos e os grupos sociais diferentes apresentam resistências à própria perversidade do sistema técnico-social, no qual a perda de individualidade dos mais, possibilita o desenvolvimento individual dos menos. De fato, as grandes urbes consomem recursos ambientais e humanos de forma desenfreada.

O meio ambiente construído nas cidades modernas, caracteriza-se por ser fragmentário, não leva em conta as mais profundas necessidades da sociedade; não integra os sentimentos humanos, os problemas sociais, as necessidades de comunicação, as relações sociais, o clima, a natureza do entorno, somente considera o interesse econômico e seus fluxos. (SANTOS, 1997).

Edgar MORIN em "*A Ecologia da Civilização Técnica*" mostra em que sentido pode-se considerar o meio sócio-urbano como um ecossistema aberto. Esta relação ecossistêmica de independência - dependência com o entorno e seus recursos, aparece como um fundamento antro-po-psicológico de grande importância, os elementos de ordem e seguridade que constituem o meio urbano, permitem-lhes organizar sua aparente autonomia.

Estabelece uma *tipologia da relação entre os sujeitos sociais e o meio urbano*, que assinala um movimento das condições desta relação que segundo Morin, oscila entre dois extremos. Um deles representa uma tendência para alcançar um ponto de equilíbrio e satisfação denominado de ótimo, e um segundo, no qual se distancia do equilíbrio e da satisfação, denominado como péssimo. A evolução das cidades oscilaria segundo MORIN, entre as tendências para o ótimo ou o péssimo, considerando as modalidades de interrelação entre indivíduos e meio sócio-urbano.

Todo o processo de crescimento e desenvolvimento está submetido a flutuações e a desorganizações-reorganizações permanentes.

No começo do século XX, pareceu que o ecossistema urbano aproximava-se do ótimo, reduziram-se as anomalias sociais e os constrangimentos. Tendia-se a se produzir individualidades e liberdades. O meio urbano convertia-se num lugar atrativo, que possibilitava riqueza de experiências, do bem-estar, do nível de vida e da cultura, da livre opinião, dos encontros e das diversões.

A cidade aparecia como a outra cara do atraso rural, visto como: símbolo do atraso, gregarismo, servidão, vida repetitiva e monótona, de desconforto, de atividades rituais, proibições e aborrecimento.

Em meados do século XX, a imagem luminosa começa a desvendar-se. Percebe-se que a variedade e diversidade, são somente aparentes, a cidade não escapa à repetição mecânica, a autonomia é relativa, não está isenta de gregarismos impostos, o bem-estar apresenta-se acompanhado de fadiga, as vantagens da individualização discorrem junto às desvantagens do isolamento dos outros membros da sociedade e à fragmentação das relações humanas.

A partir da década de setenta, mostra-se um avanço das tendências para o péssimo. A racionalidade técnica e instrumental triunfante havia-se esquecido da complexidade biológica e psico-afetiva dos homens e dos conflitos inerentes as suas relações sociais. O mito brilhante da urbanização como destino humano, começa dissolver-se na agudização da fragmentação das relações humanas e na solidão, e o isolamento dos próprios sujeitos sociais. Aparecem os fenômenos de violência social, drogas, desestrutura familiar, angústia, neuroses, entre outros, independentes da classe social dos sujeitos.

O habitante da cidade refugia-se em seu interior e "*reifica*" o isolamento, reduzindo seus espaços de interação com os outros. O espaço urbano exterior, conformado pela racionalidade técnico- instrumental, imposta e assumida como ideologia, não atende às expectativas esperadas, no sentido de que nem tudo é possível e sem dúvida quase nunca nada, ou pelo menos nada autêntico, cumpre-se.

Estas considerações permitem caracterizar o sujeito moral na perspectiva da dimensão urbana contemporânea: "*em sua atitude, tem uma atitude de incômoda comodidade, de auto-complacência na redução do horizonte de aceitação do lugar*

designado. As fronteiras individuais convertem-se em muralhas insalváveis que não tratamos de traspasar senão de justificar, ou seja, buscamos razões para justificar nosso próprio isolamento e solidão" (SOSA, 1995; MEDINA, 1998).

Como valores morais são privilegiados o conformismo, a renúncia e a segurança. O conflito entre o esperado e a realidade apresenta-se, frustrando os sujeitos sociais e aparece na resistência do indivíduo a ser consumido por um mecanismo perverso, que impõe formas de vida que são um empecilho para a realização pessoal de sujeitos íntegros e integrados e, conseqüentemente, para obter a felicidade.

A imposição de modalidades de vida dependentes do modelo de desenvolvimento adotado historicamente pelas sociedades que se concretiza nas grandes cidades, poderia analisar-se em relação ao impacto produzido por algumas características, como por exemplo.

A racionalidade dominante é uma racionalidade *instrumental*, na qual o valor de câmbio nivela toda qualidade e toda peculiaridade sobre a base da pergunta: Quanto custa? Implica um processo de mercantilização das relações humanas e sociais.

Ao mesmo tempo os processos sociais da modernização tem que atender o estabelecimento da *dupla esfera pública-privada*, que se vincula com a divisão de âmbitos e estilos urbanos. A esfera pública se faz cada vez mais onipresente e caracteriza-se por priorizar as infra-estruturas necessárias ao intercâmbio econômico. Nos países subdesenvolvidos, o avanço da esfera pública realiza-se em aliança com grupos privados privilegiados, na realidade, não é propriamente um avanço, senão uma tomada de poder através da consolidação da esfera pública por setores privados, característica do capitalismo deformado.

As esferas públicas e privadas determinam mudanças nas modalidades de apropriação e trato com os recursos naturais e construídos. É interessante observar a contradição produzida nos países do terceiro mundo (por exemplo, no Brasil), nos quais o Estado através dos megaprojetos, especialmente nas áreas de infra-estrutura energética e de transportes, com a finalidade de atrair o financiamento externo, é o grande consumidor de recursos naturais, e o responsável pelos processos de contaminação e desmatamento, e ao mesmo tempo, estabelece uma legislação ambiental sumamente avançada.

A cidade moderna nutre-se quase por completo da produção para o mercado (no caso das cidades dos países subdesenvolvidos, priorizando o mercado externo) e tinge com a mesma cor as relações inter-humanas, no contexto urbano.

Como podemos observar, as tendências para o péssimo tornam-se mais profundas, e refletem na insatisfação permanente, na falta de ideais, no descrédito e em desequilíbrios e conflitos sociais, que cada dia ocupam novas esferas da vida cotidiana das pessoas.

Respondendo às próprias regras do mercado, os processos de homogeneização cultural e das necessidades de consumo, fazem com que as próprias cidades evoluam para uma monótona igualdade, insensível às variações locais, à singularidade de cada lugar, de cada grupo, cultura etc..(Ex. *os Shopping Center de qualquer cidade*).

A implantação destas formas de relação inerentes ao processo de urbanização, mostra-se como um elemento mediador da relação dos sujeitos com o meio local e global, definindo sociedades nas quais prima o egoísmo e a falta de solidariedade.

A natureza dialética da relação Sociedade/Natureza, mostra que as estruturas e os processos sociais, ou seja, o modo de organizar a sociedade e a interação entre os indivíduos, reflete o uso e a administração do espaço e, em especial, do espaço urbano; portanto, as estruturas espaciais, que são o resultado das definições e

construções sociais, incidem e influem e até condicionam, as formas de vida e de relação social (SANTOS, 1997).

Nas cidades atuais, que poderíamos chamar de pós-modernas, são as que determinam a conformação das relações sociais atuais, regidas pelo individualismo e assumindo a *segurança como valor supremo*, verifica-se a primazia do isolamento e o egoísmo nas relações sociais.

Prefere-se a mediocridade do espaço estreito, mas conhecido e dominado, ao risco de sair à rua, assumir uma responsabilidade, encontrar-se com o outro, compartilhar experiências, construir o novo, investigar o desconhecido, deixar que o imaginário oriente nossas ações, correr uma aventura, jogar-se por algo, assumir um compromisso com a sociedade. É a *"neurose do medo"*, o *"outro"*, não é mais o parceiro provável, hoje apresenta-nos sempre como uma ameaça, como um inimigo potencial, que devemos dominar ou extinguir.

Numa sociedade nestas condições, quando a segurança é o valor supremo, a única ética possível é a da repetição das ações, o homem pós-moderno, simplesmente aceita de forma passiva, não se preocupa com o sentido de seus próprios atos, e evita perguntar-se em relação a eles.

Na prática, tem medo das perguntas, pois elas colocariam em questão seu modo de vida. Prefere então se perder na voragem do trabalho, do consumo, da informação instantânea e acrítica, da busca do esquecimento, das relações sociais superficiais que não implicam compromisso, isola-se das grandes causas da humanidade, não assume responsabilidades políticas, manifesta medo diante dos afetos mais profundos, e anestesia sua sensibilidade numa tentativa de proteger-se. A procura da felicidade integral humana é substituída pela representação teatral de uma falsa e hipotética felicidade conseguida a partir da obtenção de bens materiais. (MEDINA, 1998). *A dominação de uma mentalidade puramente econômica e consumista, em todos os âmbitos da vida social, tem invadido e monopolizado a Sociedade e paralelamente a Ética e a Política.*

Considerações Éticas que Derivam da Análise dos Processos de Socialização Contemporânea

É possível constatar um processo de desintegração da coesão social e ética dos grupos sociais urbanos.

As grandes cidades apresentam-se como centros de múltiplas sub-culturas diferentes, que refletem os fenômenos de emigração mundial, diversidade de hábitos, crenças, formas de vida e relação social, e familiar, diferentes modelos de fé religiosa, que entram em conflito com a cultura dominante e principalmente criam insegurança, e muitas vezes, exacerbam a desconfiança social.

Pode-se observar uma diminuição da qualidade de vida das pessoas, em todos os aspectos, não se dão as condições mínimas para que o sujeito social, possa pensar-se como ser moral, com capacidade de elaborar projetos de vida e tomar decisões livres.

O poder e a influência da mídia, que cria uma dificuldade de assimilação reflexiva acerca dos valores e objetivos que permanentemente propõe a cultura dominante.

Processos de objetivação do indivíduo: paradoxalmente, em uma sociedade que empurra o individualismo mais feroz, o sujeito é cada vez mais, objeto de produção e consumo.

A dificuldade das pessoas para estabelecer uma escala de necessidades autênticas, e a aceitação por conseguinte, de necessidades artificialmente induzidas pelo mercado através da mídia, que, de modo irrefletido, o indivíduo se vê impelido a satisfazer.

Uma ocupação planejada e rígida do tempo de vida, não somente na distribuição do horário urbano de trabalho, transporte, mas também na oferta e na demanda das oportunidades de lazer.

Uma redução e até quase desaparecimento da comunicação inter-humana, do diálogo, do espaço público, em que os indivíduos possam discutir e dirimir as pretensões de validade de suas opções mais profundas.

Um distanciamento cada dia maior dos indivíduos em relação aos centros de decisão, sobre questões que afetam o desenvolvimento cotidiano das comunidades humanas de que formam parte.

Uma despreocupação com a construção do **Ser**, da essência humana, a favor do **Ter**, como posse de bens materiais, símbolos de status, e uma diminuição da autonomia no "fazer" moral dos sujeitos sociais.

A indiferença, o egoísmo, o isolamento, a segurança, a dependência, a agressividade, a desconfiança, a exclusão, o consumismo desenfreado, a perda das raízes culturais, são alguns dos valores característicos das sociedades globais contemporâneas.

Ante esta situação, o desafio da construção de novas modalidades de relação entre a Sociedade e a Natureza e principalmente, a necessidade de estabelecimento de novas relações entre as pessoas, que em última instância condicionam as primeiras, apresenta-se como o novo desafio da humanidade.

Um desafio novo em todos os sentidos, é a primeira vez na História, que os problemas enfrentados não são privativos de um grupo social ou outro, e sim da humanidade em seu conjunto, em função das novas condições históricas em que vivemos, como o fato da inegável globalização do mundo com seus aspectos positivos e negativos. Um desafio, no qual o que está em jogo é o futuro da humanidade e sua capacidade para sobreviver, construindo a paz e melhores condições de vida para todos.

Parâmetros Gerais Para uma Nova Ética.

Nas reflexões éticas, faltou até a década de setenta, a pergunta sobre as *relações entre o Homem e a Natureza*, e também a reflexão sobre o impacto das novas formas de vida urbana, sobre a constituição das identidades éticas.

Para redefinir o modelo axiológico vigente se faz necessário analisar quais são as suas bases históricas, com a finalidade de corrigi-las. Poderíamos sintetizá-las em:

A ética tradicional configura-se com base na consideração do Homem como centro do planeta, sendo orientada pelo antropomorfismo e etnocentrismo. Nela, deuse sempre uma forma de compreensão fragmentada do mundo e da vida.

A consideração da Natureza como um bem inesgotável a ser dominado, controlado e apropriado a partir do conhecimento científico técnico.

A identificação do progresso e da felicidade humana com a máxima posse dos bens materiais, ou seja, a supremacia do **Ter** por cima do **Ser**, ou seja, um individualismo possessivo, que conduz a uma valorização da satisfação das necessidades imediatas, sem considerar os recursos existentes ou as necessidades dos outros.

Uma primazia absoluta do presente, do momento, do imediato, sobre as considerações e propostas a médio e longo prazo e, paralelamente, a perda dos referenciais do passado.

A supervalorização do modo de vida urbano capitalista, como conseqüência de aceitar uma falsa dicotomia radical entre o Homem e a Natureza, e a separação e desagregação do sentido comunitário.

A primazia do egoísmo e o esquecimento, e a desvalorização dos "outros" em nossas vidas, que nos leva a aceitar a falsa crença na "neutralidade" de nossos atos, sem a consideração das possíveis conseqüências ambientais e sociais, esquecendo a importância social da responsabilidade pessoal.

O desconhecimento ou esquecimento intencional ou não dos limites dos ecossistemas, que nos tem conduzido aos graves problemas ambientais que enfrentamos hoje.

A falta de compromisso com a construção do futuro planetário vinculado com a solidariedade de cunho humanístico.

A superação das situações antes mencionadas, permitirá desenvolver um processo de construção de novas bases éticas adequadas ao estabelecimento de novas relações entre os seres humanos e destes com a Natureza, que permitam pensar em um futuro diferente para as gerações próximas.

Os Valores numa Ética do Futuro

Nos pressupostos básicos da Educação Ambiental, estabelecidos ao longo de seu percurso histórico, nos documentos internacionais e nacionais, inclusive na Lei 9.795/99 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, se estabelece como uma das grandes linhas de trabalho a necessidade de gerar um processo de mudança de atitudes, comportamentos e valores, visando novas modalidades de relacionamento entre as pessoas e a natureza. Destaca-se especialmente, que esta mudança somente será possível na medida em que se produzam mudanças efetivas nas formas de relação social dos homens entre si.

As sociedades globalizadas e informatizadas do mundo contemporâneo, enfrentam desafios novos e profundos e as transformações éticas nas relações sociais, formam parte essencial das mudanças necessárias para dar respostas aos novos desafios da humanidade.

A evolução histórica das sociedades ocidentais, os processos de globalização do mercado e da economia, os processos paralelos de homogeneização cultural e das necessidades humanas submetidas e estimuladas pela mídia, a serviço das grandes empresas multinacionais, nos tem conduzido à crise generalizada que vivemos hoje.

A Educação Ambiental como enfoque crítico da educação pretende junto com outras transformações políticas, econômicas e sociais necessárias, ajudar a construir de forma participativa e democrática os novos valores éticos para as sociedades do futuro.

Mencionamos a seguir, algumas das atitudes gerais que consideramos necessárias para o trabalho de construção de uma ética centrada na vida, em todas suas dimensões.

Será necessária, a superação do antropomorfismo e do etnocentrismo, considerando com maior humildade nosso lugar no mundo, como parte da teia da vida.

Deveremos ser capazes de realizar a construção de uma compreensão unificada e sistêmica do mundo e da vida, que oriente as ações da pesquisa científica e as definições políticas e econômicas .

Considerar os recursos naturais como finitos, reconhecer os limites dos ecossistemas naturais e a importância de sua conservação e preservação como recursos potenciais para o nosso próprio desenvolvimento e, ainda mais como um direito das diversas formas de vida à sua preservação para a manutenção da biodiversidade. Reconhecer o direito à vida de todas as espécies e de todas as formas de vida.

Assumir um compromisso pessoal responsável com a construção do futuro e com o desenvolvimento sustentável. Assim mesmo, com a satisfação das condições de sobrevivência da espécie humana em qualquer lugar do mundo, considerando as limitações dos recursos, e a premissa de satisfação das necessidades básicas de toda a humanidade no presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

Ser capaz de valorizar e respeitar todas as modalidades de vida em sociedade, e não somente da urbana, e conseqüentemente a valorização da diversidade cultural, como um potencial fundamental para a construção de processos de desenvolvimento sustentável. Valorizar e respeitar a diversidade cultural, étnica, política, de gênero e o respeito às minorias políticas, religiosas, entre outras.

A valorização dos "outros" como pessoas com direitos e obrigações iguais aos meus. Assumir a minha responsabilidade individual para com as outras pessoas e com os processos de desenvolvimento individuais e coletivos. Assumir plenamente a responsabilidade individual e social pelos nossos atos, e incorporar novos valores e atitudes solidárias e de respeito mútuo.

Entender a construção do presente, levando-se em conta propostas sustentáveis a médio e longo prazo.

Defender a justiça, a igualdade e a equidade, reconhecendo que os conflitos são parte da convivência social, num mundo complexo de inter-relações dinâmicas. Atuar de forma participativa e democrática valorizando o diálogo e o estabelecimento de negociações e consensos, reconhecendo e respeitando a existência de pontos de vista diferentes.

Desenvolver sua sensibilidade estética ante a beleza natural ou construída pela humanidade. Desenvolver a capacidade de fazer julgamento crítico e ações

responsáveis. Comprometer-se com o cumprimento dos direitos humanos, o pleno exercício da democracia, e colaborar com o estabelecimento da paz no mundo.

Ser capaz de compreender e construir a felicidade humana, dependendo do **Ser** e não simplesmente do **Ter**. Em síntese, ser capaz de amar e compreender de forma generosa e abrangente.

Converter-se num **ser humano integral e integrado capaz de pensar e agir**, à altura das exigências do momento histórico, no qual nos tem tocado viver e da construção de possibilidades sustentáveis para as gerações presentes e futuras. (Medina, 1998).

Uma sociedade verdadeiramente democrática, tem como principal objetivo ser justa, e deve estar inspirada nos ideais de igualdade e equidade entre seus membros.

A Educação Ambiental, tanto formal como não formal, apresenta-se como a resposta da educação, ante a complexa problemática contemporânea.

A tarefa do educador ambiental alcança a necessidade de reconstruir criticamente os velhos valores e interpretações, que nos tem conduzido a colocar em perigo a nossa própria sobrevivência como espécie.

Paralelamente, procura encontrar os *princípios éticos* que possam funcionar como orientadores de uma atitude correta para com o ambiente natural e social, construindo novas formas de convivência mais humanas e adequadas à consecução da felicidade.

As propostas de uma ética centrada na valorização da vida, modificam profundamente nossas atitudes e formas de relação. Não é mais possível entender que somente os interesses humanos importam moralmente.

Uma ética centrada na vida, implica a superação do antropomorfismo e do etnocentrismo, e também das posturas reducionistas do ecologismo, que se centravam exclusivamente na Natureza, na procura de um equilíbrio holístico, no qual se respeite o direito à vida em todas suas formas.

As normas éticas definem-se como de validade universal, ou seja são válidas para todos e deverão ser compartilhadas. Isto coloca o difícil caminho da fundamentação da prática individual e coletiva moralmente aceitável.

A ética do futuro é uma ética do frágil do perecível. Trata-se de transmitir às gerações vindouras uma herança que não esteja irremediavelmente dilapidada e contaminada. Trata-se de legar-lhes o direito de viver com dignidade, em uma terra preservada. Isso diz respeito antes de tudo ao que constitui o meio ambiente necessário à vida - essa preocupação nova de nossa época; isso diz respeito também a alguns valores universais duradouros, como saúde, educação, cultura, igualdade, liberdade, paz, tolerância, solidariedade.

...na era em que a aldeia global já não parece muito distante, é importante assumirmos nossa responsabilidade de cidadãos do mundo. Isso implica conscientizarmo-nos de nosso lugar não somente no espaço, como também no tempo da humanidade, e refletirmos sobre nosso papel no planeta e na história... (MAYOR, 1998).

O desenvolvimento de novas atitudes e valores democráticos, que viabilizem a *participação crítica* das pessoas nas decisões políticas e econômicas que as concernem, tanto em nível local, como global, pode significar um grande impacto para a transformação da sociedade, para o planejamento do desenvolvimento sustentável, e para a transformação das relações sociais entre si e com o entorno natural.

A Educação Ambiental concebida: *"como um processo que consiste em propiciar as pessoas uma compreensão global do Ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado. Visando a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, (minorias étnicas, populações tradicionais), a perspectiva da mulher, e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie".* (MEDINA, 1998).

A Educação Ambiental enfrenta hoje, o **desafio** e a **possibilidade**, de contribuir em seus âmbitos de atuação potencialmente importantes, para ajudar a desencadear as transformações sociais imprescindíveis, para converter a convivência humana globalizada, em uma convivência orientada pelos valores da solidariedade, equidade e paz internacional e o respeito a todas as formas de vida e organização social e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÓMEZ DE CASTRO, F. **Perspectiva Histórica**. Madrid: Uned Fundación Universidad Empresa, 1995.

LE GOLF, J, *"La Civilisation de l' Occident Médiéval"*, PARIS, 1965, Págs. 156 In GÓMEZ DE CASTRO, F. LEFEBRE, H. **A Revolução Urbana**. Madrid: Gredos, 1983.

MAYOR, F. *"A Ética do Futuro"*, **Correio da UNESCO**, junho 1998, ano 26, N. 06.

MEDINA, M. N. *"Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar - 1º grau"*. In: **AMAZÔNIA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Brasília, IBAMA, 1994.

MEDINA, M. N. *"Especialização em Educação Ambiental na UFMT: Avaliação da proposta"*, **Revista Educação Pública**, Cuiabá, Ed. Universitária, UFMT, V.2, n. 2, 1993.

MEDINA, M. N. *"Relaciones históricas entre sociedad, ambiente y educación"*, **APUENTES DE EDUCACIÓN AMBIENTAL 4**, Montevideo, CIPFE, 1989.

MEDINA, M. N. *"A Educação Ambiental Para o Século XXI"*, **Série Meio Ambiente em Debate**. Brasília: IBAMA, 1996.

MEDINA, M. N. *"A Educação Ambiental Formal Papel e Desafios"*, **Anais I Conferência Nacional de Educação Ambiental de Brasil**. Brasília, MMA, 1997.

MEDINA, M. N. *"Desafios en la Formación de Recursos Humanos para una nueva Realidad : Una Praxis innovadora en Educación Ambiental Formal"*, PROPACC. **Anales del II Congreso Internacional de Universidades para el Desarrollo Sostenible y el Medio Ambiente.** Granada,1997.

MEDINA, M. N. *"Educação Ambiental para a Sustentabilidade"* , **Anais do I Congresso Internacional de Educação do Colégio Coração de Jesus, Educar - Uma perspectiva Humanística.** Florianópolis, junho, 1998.

MEDINA, M. N. e SANTOS,Elizabeth Concepção. **Uma Metodologia Participativa de Formação.** Petrópolis: Vozes 1999.

MEC. (Ministério da Educação e do Desporto). **Parâmetros Curriculares Nacionais. PCN's : Apresentação dos temas Transversais e Ética.** Brasília: MEC/ SEF, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

MORIN. E . *"La ecologia de la civilización técnica"*, **Cuadernos Teorema**, Valencia, 1981.

NOVO, M. **La educación ambiental : Bases éticas, conceptuales y metodológicas.** Madrid: Universitas,1995.

ORTEGA y GASSET, *"Pepe Tudela Vuelve a la Mesta"*. In **EI ESPECTADOR IV**, Revista Occidente OC. T II, Madrid, 1963.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOSA. N. M . **Perspectiva Ética.** Madrid: Uned Fundación Universidad Empresa, 1995.

SOSA. N. M . **Ética Ecológica : necesidad, posibilidad, justificación y debate.** Madrid: Libertarias, 1990.

SOSA. N. M . **Educación Ambiental : Sujeto, entorno y sistema.** Salamanca: Amarú, 1989.

TOYNBEE, A. J. **Ciudades en Marcha.** Madrid: Crítica, 1970.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

[\(VOLTAR AO TEXTO \)](#)

Dra. em Educação, UNED, Madrid, Espanha
Consultora do Ministerio do Meio Ambiente na área de Educação Ambiental e
Diretora Nacional da Fundação Universitaria Iberoamericana.

Livros Publicados:

Amazônia : Uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental. Brasilia: IBAMA,1994,

Educação Ambiental : uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes 1999.

nanami@brasilnet.net

SUMÁRIO

OLAM - Ciênc. & Tec.

**Rio Claro
ISSN 1519-8693**

Vol 2

**nº 1 p. 194 - 212
www.olam.com.br**

Abril / 2002